



# CASB

Centro de Análise da  
**SOCIEDADE BRASILEIRA**

## O QUE APRENDEMOS EM 2023?

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO CASB.....	03
CONSELHO CASB.....	04
PAINEL PERMANENTE.....	06
GRUPOS DE TRABALHO.....	07
GT TRABALHO.....	08
GT AS BIG TECHS E SEUS IMPACTOS NA DEMOCRACIA.....	11
GT NEGACIONISMO CLIMÁTICO.....	15
GT RELIGIOSIDADES.....	20
GT JUVENTUDES.....	26
GT AGRO.....	30
PESQUISA.....	38

**CASB**

Centro de Análise da  
**SOCIEDADE BRASILEIRA**

FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Fundação de Estudos

FLCMF  
FUNDACÃO  
LUIZ CARLOS  
MAGALHÃES FRAGOSO

Fundação  
José Bonifácio  
Crisóvão

FUNDAÇÃO  
RISCH  
LUXEMBURGO

# O CASB

O Centro de Análise da Sociedade Brasileira (CASB) é uma iniciativa das fundações Perseu Abramo (PT), Lauro Campos e Marielle Franco (PSOL), Maurício Grabois (PCdoB) e Rosa Luxemburgo (vinculada ao partido alemão Die Linke – A Esquerda).

Tem como objetivo aprofundar o entendimento sobre as mudanças na sociedade brasileira e produzir diagnósticos – auxiliando os partidos e o governo na tarefa de democratização da sociedade e das instituições; e na organização do campo democrático popular.

Para isso, organizou seu trabalho no sentido de ampliar sua escuta em direção a especialistas e pesquisadores (da academia, de movimentos sociais e fundações partidárias); e também produzir pesquisas próprias pelo Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos da FPA (NOPPE).

As atividades e publicações do CASB expressam o projeto conjunto das Fundações parceiras. Elas comportam opiniões plurais, de integrantes e convidados, que não são necessariamente posição institucional das Fundações participantes do CASB.



<https://fpabramo.org.br/publicacoes/pesquisasfpa/>



**Aldo Arantes**  
Advogado e ex-deputado federal



**Ana Prestes**  
Cientista política, analista internacional e conselheira da Fundação Mauricio Grabois



**André Singer**  
Cientista político e professor titular da USP



**Andreas Behn**  
Diretor da Fundação Rosa Luxemburgo Brasil - Paraguai



**Célia Xakriabá**  
Deputada federal pelo PSOL-MG, doutoranda em antropologia pela UFMG



**Camila Rocha**  
Cientista Política e pesquisadora do CEBRAP



**Elisa Guaraná**  
Antropóloga, professora titular da UFRRJ e conselheira da Fundação Perseu Abramo



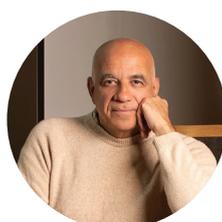
**Guilherme Simões**  
Sociólogo, militante do MTST e Secretário Nacional de Políticas para Territórios Periféricos do Ministério das Cidades



**Isabela Kalil**  
Antropóloga, professora da FESPSP e coordenadora do Observatório da Extrema direita



**Jacqueline Teixeira**  
Antropóloga, pesquisadora e professora da UnB



**Jessé Souza**  
Sociólogo, ex-presidente do IPEA e professor da UFABC



**João Brant**  
Cientista Político e secretário de Políticas Digitais da SECOM/PR



**João Cezar de Castro Rocha**  
Historiador, professor de Literatura da UERJ



**Josué Medeiros**  
Cientista político, professor da UFRJ



**Kelli Cristine de O. Mafort**  
Cientista Social e Secretária Nacional de Diálogos Sociais e Articulação de Políticas Públicas, da SG-PR



**Leonardo Avritzer**  
Cientista Político, professor titular da UFMG



**Leonardo Barchini**  
Advogado, cientista social e Diretor Brasil da OEI



**Manuela D'Ávila**  
Jornalista, ex-deputada federal e presidenta do GT de combate ao discurso de ódio do Ministério dos Direitos Humano



**Marcos Nobre**  
Professor titular da Unicamp



**Marina Basso Lacerda**  
Cientista Política e Chefe de Gabinete do Ministério de Direitos Humanos e Cidadania



**Nilma Lino Gomes**  
Ex-ministra da Igualdade Racial, professora titular da UFMG e conselheira da Fundação Perseu Abramo



**Paulo César Ramos**  
Sociólogo e Coordenador do Reconexão Periferias, da Fundação Perseu Abramo



**Raquel Rolnik**  
Arquiteta e urbanista, professora da FAU-USP



**Rosana Pinheiro Machado**  
Antropóloga, professora titular da University College Dublin (Irlanda) e dir. do laboratório WorkPolitics, do European Research Council



**William Nozaki**  
Cientista político e economista

## O PAINEL TEMÁTICO – EXTREMA DIREITA: COMPREENDER E COMBATER

A discussão sobre a extrema direita em Painéis Temáticos, dentro do CASB, tem a finalidade de observar o problema de perspectiva ampla e profunda: como entender e definir a extrema direita enquanto fenômeno político, e como investigá-la por meio da produção de pesquisas e diagnósticos? No painel realizado em junho deste ano, buscamos fornecer um entendimento sobre a extrema direita nesta perspectiva ampla e conceitual, por meio de uma conferência ministrada pelo professor André Singer, professor titular do Departamento de Ciência Política da USP e conselheiro do CASB, com comentários das também conselheiras Marina Lacerda e Camila Rocha (cientistas políticas), e o professor Dennis de Oliveira (jornalista). Em sua exposição, Singer compartilhou suas recentes análises sobre a extrema direita brasileira, expressas nos artigos “Regime autocrático e viés fascista: um roteiro explorató-

rio”, publicado na revista *Lua Nova*, do CEDEC, e “Lula’s Return”, publicado na revista inglesa *New Left Review*. O professor desenvolveu as seguintes chaves analíticas para compreender o fenômeno da direita radical: o fenômeno não é uma repetição do fascismo dos anos 30 e 40, ainda que se utilize de dispositivos e técnicas de mobilização de apoiadores e de narrativas próximas às daquela experiência histórica. Em segundo lugar, o bolsonarismo no Brasil se organizou como uma espécie de Confederação (conceito inspirado na Guerra Civil Americana), unindo grupos de interesse em uma aliança econômica (empresários do agro, do minério, do setor de serviços e da construção civil, por médios e pequenos empresários), militar (Forças Armadas, Polícias, bancada da bala, milícias) e moral (segmentos cristãos, especialmente evangélicos). Para entendê-lo e combatê-lo, analisar tais agrupamentos e facções torna-se fundamental. Desta forma, organizamos o percurso dos GTs tendo em vista a compreensão desta Confederação, por um lado, e as discussões urgentes e atuais que impactam tanto a compreensão sobre a direita radical, quanto sobre os potenciais para o campo democrático popular. No próximo período, o CASB pretende continuar os painéis, desta vez com olhar para as disputas em âmbito internacional.

1º PAINEL DO CASB

**EXTREMA-DIREITA:  
COMPREENDER E  
COMBATER**

SEGUNDA-FEIRA  
19 DE JUNHO  
ÀS 15 HORAS

ANDRÉ SINGER

MARINA LACERDA

CAMILA ROCHA

DENNIS DE OLIVEIRA

ASSISTA EM: [/FundacaoPerseuAbramo](#)

FUNDAÇÃO Perseu Abramo  
FLCMF  
Fundação Maurício Grabois  
FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO

CASB  
Centro de Análise da  
SOCIEDADE BRASILEIRA

## GRUPOS DE TRABALHO TEMÁTICOS



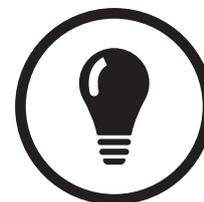
**MUNDO DO  
TRABALHO**



**ESTRUTURA  
DO ESTADO**



**APOIO  
EMPRESARIAL**



**DISPUTA  
IDEOLÓGICA E  
CAPILARIDADE**

**GT 1: ✓  
As classes  
trabalhadoras**

**GT 2:  
Extrema direita  
nas forças de  
Segurança e  
Forças armadas**

**GT 3:  
Extrema direita  
- produção e  
interpretação  
das leis**

**GT 4:  
Os donos  
do dinheiro:  
interesses  
e meios de  
financiamento  
da extrema  
direita**

**GT 5: ✓  
Agronegócio  
dinheiro, terra e  
cultura**

**GT 6: ✓  
Religiosidades**

**GT 7:  
Cultura da  
violência: política  
de armamento,  
CACs, clubes de  
tiro**

**GT 8: ✓  
Disputa das  
juventudes e a  
extrema direita**

**GT 9:  
Indústria cultural  
bolsonarista**

**GT 10:  
Os alvos do  
bolsonarismo:  
mulheres e  
trans, negros,  
pobres, petistas,  
nordestinos e  
indígenas**

**GT 11: ✓  
Negacionismo  
climático no Brasil**

**GT 12: ✓  
Big Techs e  
comunicação**



# CASB

Centro de Análise da  
**SOCIEDADE BRASILEIRA**

## Relatório Executivo

Grupo de Trabalho  
Temático 1

## **AS CLASSES TRABALHADORAS**

**Data: 24 de abril de 2023**

**Ementa do GT:** O primeiro GT buscou discutir como as mudanças nas configurações das classes trabalhadoras brasileiras impactam na cultura política de milhões de brasileiros e brasileiras.

## 1. OS NÚMEROS NO BRASIL

No país, há 175,1 milhões de pessoas em idade ativa (PIA - pessoas com 14 anos ou mais), e cerca de 1/5 da população (19%) está subutilizada. Os trabalhadores por conta própria (com ou sem CNPJ) somam 21,8 milhões. Entre setor público e privado, somam-se 30,6 milhões de brasileiros com carteira assinada - apenas 31%.

## 2. O TRABALHO POR CONTA PRÓPRIA

As formas de trabalho que mais crescem no mundo são os trabalhos temporários, em tempo parcial, intermediados (subcontratados ou terceirizados) ou o trabalho por conta própria precário e subordinado. O número de trabalhadores por conta própria cresceu 5 milhões entre 2012 e 2022 (de 20,5 para 25,3 milhões). O trabalho por conta própria é mais sensível à condição da economia e registrou movimentos bruscos de desengajamento de trabalhadores ao

Sindicalizados não somam 11% da classe. A Reforma Trabalhista de 2017 estabelece mecanismos de negociação individual e procura enfraquecer a negociação coletiva. 41,8% dos trabalhadores informais estão totalmente expostos e descobertos de proteções legais.

longo dos 10 anos (acompanhando os momentos econômicos do país). Nestes 10 anos houve redução do seu rendimento mensal médio: de R\$ 2.013,00 para R\$1.991,00. Além disso, a renda média revela que a experiência da precarização articula elementos de gênero e raça. O trabalhador por conta própria, em geral, NÃO tem uma ocupação única. Ele transita entre a formalidade e a informalidade, podendo ter mais de uma ocupação.

### ALÉM DISSO...

Pesquisas qualitativas desenvolvidas pela Fundação Perseu Abramo (Reconexão Periferias e NOPPE) mostram que o trabalhador autônomo/por conta própria pode tender a uma defesa do trabalho informal - sem, necessariamente, almejar o vínculo CLT. As razões giram em torno de:

(i) Percepção de cumprirem um horário mais flexível que no regime CLT - "aqui, não tem que bater ponto"; (ii) percepção de renda mais elevada que o valor do salário mínimo; (iii) Percepção de ausência de figura hierárquica - "chefe" - controlando horários, hábitos e comportamento

Os relatos encontrados em campo - apontando as “vantagens” do trabalho por conta própria - são, muitas vezes, associados a relatos de assédio por parte do superior hierárquico no ambiente de trabalho. O que mostra que a negação não é em direção ao trabalho em si, mas às condições em que o trabalho formal se dá. Além disso, entre o público investigado - trabalhadores de baixa e média renda das periferias -, ser autônomo e/ou empreendedor confere status, conferindo aos estes trabalhadores (mesmo que precarizados) uma sensação de auto estima. A nova economia digital via plataformas (como as de delivery, grupos de uberizados, entre outros) e redes sociais (venda de produtos e serviços em redes como Instagram) impulsionam esses trabalhadores ao universo digital da extrema direita (grupos, influenciadores, canais). Como? Muitos vão buscar nas redes dicas e orientações de progredir em suas atividades econômicas. Quando dentro da realidade digital, o “trabalhador em busca de uma vida melhor” é impulsionado pelo algoritmo a uma

rede de influenciadores motivacionais (que dão dicas sobre “como ser empreendedores”, “como chegar ao primeiro milhão”), religiosos, entre outros perfis que estão alinhados ao bolsonarismo. Assim, num ambiente em que se estima que 88% dos influenciadores brasileiros são alinhados a Bolsonaro, quanto mais inseridos no mundo digital, mais inclinados a aderir a projetos autoritários os trabalhadores estarão. 3) A desinformação atua no “medo” desses trabalhadores por aplicativo perderem sua fonte de renda. Notícias como “Lula vai expulsar Uber do Brasil” repercutem muito entre os motoristas e entregadores. 4) Por isso, mesmo que se sintam frustrados e desassistidos, organizam e canalizam a revolta no sentido inverso ao problema inicial. Num processo de “Revolta Ambígua”, o problema não é a exploração da plataforma e a perda de direitos, mas a “esquerda com o politicamente correto e contra a família”, “O Lula que quer mandar o Uber embora”, “as regras excessivas que prejudicam o processo de crescimento econômico” - entre outras falácias.



Centro de Análise da  
**SOCIEDADE BRASILEIRA**

## Relatório Executivo

Grupo de Trabalho  
Temático 12

# AS BIG TECH'S E SEUS IMPACTOS NA DEMOCRACIA

**Data: 31 de maio de 2023**

**Ementa do GT:** Este GT buscou compreender como a grande indústria de tecnologia, informação e comunicação se relaciona com a extrema direita no Brasil e no mundo. A organização em redes de grupos extremistas ganhou notoriedade tanto com os atos terroristas do 8 de janeiro de 2023, quanto com a tentativa das instituições de regulamentarem as fake news – projeto que contou com oposição explícita de gigantes como Google, Telegram e Meta (ex-Facebook).

## O DEBATE SOBRE BIG TECH'S É UM DEBATE POLÍTICO E ECONÔMICO

É importante inserir a discussão sobre as Big Tech's (grandes corporações de tecnologia e comunicação) num debate mais amplo e estrutural do próprio capitalismo, num estudo sobre a Economia Política da Comunicação.

As Big Tech's ocupam, por exemplo, rankings de acúmulos de capitais superan-

do, por vezes, Estados Nacionais.

A partir deste ângulo, é possível nomear os agentes econômicos e políticos que operam essas grandes corporações, buscando entender suas motivações econômicas e como se movimentam politicamente – aqui, o exemplo do bilionário Elon Musk é bastante elucidativo.

## O ESTÁGIO ATUAL DO CAPITALISMO SE SUSTENTA TAMBÉM PELO PROCESSO DE DIGITALIZAÇÃO E AVANÇO TECNOLÓGICO

É possível também correlacionar a reestruturação do capitalismo após a década de 1970 com o próprio avanço das tecnologias. As tecnologias sob o capital neoliberal têm produzido profundas transformações sociais no modo de viver: trabalhos plataformizados, modos de interações sociais, o processo de globalização e financeirização. A prometida democratização dos espaços virtuais não tem fundamento na realidade: “O que vemos, de

forma geral, é um cenário de crescente concentração da produção social nesses espaços e de centralização de capital no setor, contrariando as teses mais otimistas sobre a nova sociedade que resultaria da internet”, segundo Helena Martins. No Brasil, por exemplo, as privatizações das telecomunicações na década de 1990 possibilitaram a organização da internet numa lógica de competitividade neoliberal.

## AS REDES ATENDEM ÀS NECESSIDADE DA EXTREMA DIREITA

Por um lado, o modelo de negócio das plataformas, pela própria lógica algorítmica de monetização, entrega mais conteúdos que favorecem a extrema direita. Esses atores, dentro do espaço virtual, operam numa lógica de manipulação, descredenciando os veículos intermediários (imprensa tradicional). Neste cenário em que a imprensa padece por falta de legitimidade, os políticos da extrema direita se aproveitam

produzindo conteúdo empobrecido e desinformativo, de fácil assimilação. O espaço de comunicação e informação virtual é monopolizado pelas Big Tech's e, seu atual modelo de negócio acaba favorecendo a extrema direita, segundo a pesquisadora Rose Marie Santini. Os grupos de extrema direita criaram um verdadeiro ecossistema rentável para manutenção de suas narrativas e teorias conspira-

tórias. Esse ecossistema é alimentado pela venda de espaços de publicidade via anúncios (mídia programática), distribuídos de forma algorítmica pelas big techs: os conteúdos dos principais sites e perfis propagadores de fake news estão intrinsecamente ligados com as grandes plataformas de anúncios e mídia programática. Para operacionalizar essa máquina de desinformação, grandes quantias de recursos em publicidade paga são investidas nas plataformas. Este serviço busca maior audiência e rankeamento de quaisquer sites, é nesta lógica que sites de desinformação se rentabilizam – consequentemente, as plataformas também lucram com publicidade. É um ecossistema autossustentável e rentável tanto para os sites de desinformação, quanto para as Big Techs. É neste ambiente que a extrema direita adota campanha

permanente com objetivo de descredibilizar todas as fontes de informação fora do universo da extrema direita, incluindo veículos de imprensa, para estabelecer uma rede paralela de informações. Ataques aos veículos de comunicação são orquestrados e coordenados nas principais plataformas de propriedade das Big Tech's (incluindo aplicativos de mensageria) de forma permanente e com grande alcance. A estética empobrecida das redes sociais induz os atores políticos (mesmo os mais comprometidos com um projeto democrático) a reduzirem tempo e conteúdo. Para existir nas redes é necessário se submeter a essa lógica redutora. Neste sentido, são os conteúdos mais pobres, consequentemente os desinformativos, que se propagam em alta velocidade e produzem engajamento.

## **AS BIG TECH'S PRODUZEM UM AMBIENTE QUE FAVORECE NARRATIVAS FALSAS DA EXTREMA DIREITA**

Conteúdos falsos são os mais compartilhados, e consequentemente, a disseminação de conteúdo desinformativo pela extrema direita é favorecida pelo modelo de negócios das Big Techs, atingindo mais usuários do que as de fontes oficiais ou veículos de informação. Um exemplo desse mecanismo é a forma como a extrema direita se organizou nas redes produzindo desinformação sobre a vacina da Covid-19, conforme demonstrado por Fábio Malini. Nos três anos agudos

da pandemia, as narrativas negacionistas foram construídas dentro do universo da extrema direita nas redes e encontraram ambiente fértil para se disseminarem. A cada ano, este universo foi adaptando a narrativa negacionista de forma organizada para se opor à vacinação contra a Covid-19: primeiro contra a obrigatoriedade, passando pela suposta 'alteração do DNA' e, por fim, as supostas reações aos imunizantes.

## AS BIG TECH'S PRODUZEM UM AMBIENTE QUE FAVORECE NARRATIVAS FALSAS DA EXTREMA DIREITA

Se as tecnologias não estão alheias à sociedade, não se desenvolvem de forma autônoma e são resultados de escolhas, agentes, políticas e projetos, é importante enfrentar a problemática. A prometida democratização dos espaços virtuais não tem mais fundamento na realidade. Segundo a debatedora Helena Martins, o cenário atual é de “crescente concentração da produção social nesses espaços e de centralização de capital no setor, contrariando as teses mais otimistas sobre a nova sociedade que resultaria da internet”. Segundo o debatedor Jonas Martins, esse contexto requer uma resposta e agenda própria do campo democrático-popular, via partidos e sociedade civil para o tema – o que é corroborado, conforme acumulado em nosso debate, frente às disputas geopolíticas e disputas de capital envolvidas na problemática. O alcance de narrativas falsas e a manipulação da opinião pública, resultantes des-

te favorecimento da extrema direita pelo modelo de negócio das Big Techs, são problemas para a democracia. Como enfrentá-los? No debate foi consensual que instrumentos regulatórios como o PL 2630/2020 são passos fundamentais para a estruturação de terreno que possibilita a regulação do setor e democratização dos ambientes virtuais, hoje monopolizados em lógica que favorece a extrema direita. Esse debate deve ser acrescido à atual corrente discussão de democratização da comunicação no Brasil, um desafio para o próximo governo. Tais eixos são centrais para a tarefa de desbolsonarização da sociedade brasileira, do combate à extrema direita global e da garantia à democracia. O CASB considera fundamental, do ponto de vista da organização de seu trabalho, prosseguir na discussão sobre comunicação e redes sociais em boa parte dos grupos de trabalho e painéis a serem realizados ao longo do ano.



Centro de Análise da  
**SOCIEDADE BRASILEIRA**

## Relatório Executivo

Grupo de Trabalho  
Temático 11

# NEGACIONISMO CLIMÁTICO

**Data: 04 de Julho de 2023**

**Ementa do GT:** O GT 11 buscou compreender a evolução nas últimas décadas do discurso que nega as mudanças climáticas, e como tal negacionismo se tornou estruturante da agenda política da extrema direita no Brasil e no mundo. Buscamos compreender o surgimento de tal discurso, financiado com base em interesses econômicos entre os anos 1970 e 1990, como segmentos do capital no Brasil adotaram essa agenda, como a extrema direita brasileira impulsionou tal programa e a tendência de reposicionamento discursivo da extrema direita nos EUA e na Europa.

## 1. NEGACIONISMO CLIMÁTICO É UM FENÔMENO COM CONTORNOS BASTANTE DEFINIDOS – Com bases políticas e econômicas

Historicamente, o **negacionismo climático** foi semeado em nível global por interesses econômicos: em meio ao *boom* do debate climático entre os anos 1970 e 1990, as gigantes do setor petrolífero, vinculadas à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) – potencialmente afetadas pelo debate sobre o aquecimento global que imperava naquele momento, financiaram pesquisas, projetos e investiram em especialistas dispostos a negar o fenômeno no debate público. Assim, fez-se com que uma afirmação consensuada no meio científico parecesse controversa aos olhos da opinião pública.

Compreender o peso do alto investimento feito há décadas para fomentar tal narrativa permite jogar luz sobre o debate atual. Os diversos negacionismos (como o científico) são ligados entre si, mas tratados, do ponto de vista do debate público, como oriundos de falta de letramento e de conhecimento – e que, portanto, levar conhecimento científico seria suficiente para combater essas visões de mundo. Essa abordagem supracitada limita a compreensão do problema, e afasta uma parcela da opinião pública suscetível aos negacionistas.

O bolsonarismo no Brasil, por exemplo, é forte entre as camadas mais escolarizadas da população.

Na França, cuja população possui altos índices de escolaridade, o movimento antivacina (antivax) é fortíssimo. Ainda, a formação de um grupo de formadores de opinião e influenciadores negacionistas é parte de um projeto político maior que encontrou abrigo na extrema direita mundial, permeado por interesses econômicos e por uma visão de Estado, e por uma agenda de políticas públicas para lidar com a questão ambiental.

Os quatro anos de governo Bolsonaro no Brasil reproduziram essa agenda, com políticas que desregulamentaram a proteção ambiental no Brasil e favoreceram grupos predatórios – exemplos internacionais também demonstram tal questão, como veremos adiante.

É preciso reconhecer que há lobby organizado e que o negacionismo climático não é feito por ignorantes, com falta de argumentos. Uma série de negacionismos estão presentes na academia, com intelectuais, artigos e publicações, promovendo um falso embasamento que mimetiza a linguagem científica. No Brasil, nomes como Ricardo Felício e Paolo Zanotto, ex-professor e professor licenciado da USP, propagam teses que defendem um ‘outro lado’ no debate público sobre clima (o que nega a emergência climática).

## **2. NO BRASIL, OS GRUPOS QUE SE BENEFICIAM DO DISCURSO DE NEGACIONISMO CLIMÁTICO SÃO OUTROS: O AGRO E A INDÚSTRIA DA MINERAÇÃO - Que apoiaram Bolsonaro**

Nos países do hemisfério norte o debate sobre as mudanças climáticas gira em torno de matrizes energéticas e elétricas ancoradas na queima de combustíveis fósseis, enquanto potenciais geradores dos Gases de Efeito Estufa (GEE), diferente do caso brasileiro, em que a matriz energética e elétrica, quando comparadas com as matrizes do resto do mundo, têm um grau muito menor de emissão de GEE causados pelos mesmos poluentes. Isso quer dizer que quando comparamos o setor de energia do Brasil com os setores de outros países, a composição de energia renovável na matriz energética brasileira representa cerca de 50% frente a 15% do resto do mundo. Enquanto nas matrizes elétricas essa diferença é ainda maior, representando 82% de renováveis em sua composição frente a 28%. No entanto, mesmo que a composição de renováveis seja mais representativa frente ao cenário global, o Brasil ainda ocupa o ranking entre os cinco maiores emissores mundiais de GEE. Sendo que 61% das suas emissões são resultantes de mudanças de uso do solo, desmatamento decorrente da expansão das atividades do setor agropecuário e

mineração predatória do país, além do uso de transportes rodoviários a base de combustíveis fósseis (diesel) em sua malha logística. Ou seja, observar o discurso de negacionismo climático no Brasil, exige que olhemos com atenção não só para o setor de energia, mas sobretudo, para o poderoso setor agropecuário e o destrutivo setor de mineração predatória. Além da perspectiva setorial, é preciso também analisar o caso dos discursos de Negacionismo Climático da perspectiva do território: 61% das emissões dos GEE estão concentrados nos estados do Norte e Centro-Oeste, estados onde o discurso vinculados a extrema direita ganhou força e fiéis apoiadores do Bolsonarismo. No Brasil, a agenda de retrocessos é imensa: desregulamentação da proteção ambiental em terras indígenas; a facilitação e regulamentação da 'mineração artesanal'; invasão de terras Yanomamis para garimpo ilegal; desmatamento na região amazônica para atividades pecuárias. Todos esses retrocessos ancorados no discurso de Negacionismo Climático endossados e orquestrados pelo mais alto cargo da República.

### **3. A AGENDA NEGACIONISTA É PARTE FUNDAMENTAL DA AGENDA DE ESTADO E DO PROJETO DA EXTREMA DIREITA GLOBAL. O GOVERNO BOLSONARO IMPULSIONOU O NEGACIONISMO CLIMÁTICO E A EXTREMA DIREITA SE BENEFICIOU DELE.**

Não é “apenas” o setor privado que promove o negacionismo climático. Uma série de governos que identificamos como de extrema direita atuam para obstruir e dificultar políticas que tentam mitigar as consequências negativas da crise climática que vivemos. Os exemplos na última década são numerosos, sendo mais importantes os dos Estados Unidos da América (EUA). Trump nunca escondeu o seu negacionismo ao tentar refutar as evidências científicas que indicam que as mudanças climáticas são causadas pela atividade humana. O ex-presidente dos EUA chegou a dizer que o aquecimento global era uma invenção da China. Já nos primeiros meses de governo, passou a desvirtuar a atuação da Agência de Proteção Ambiental. O ato mais simbólico foi a saída do Acordo de Paris sobre o Clima, assinado em 2015 pelo seu predecessor no cargo, Barack Obama. Trump argumentou que o tratado para limitar as emissões de gases de efeito estufa prejudicaria os Estados Unidos e anunciou a retirada do país em 2017. Este processo ocorreu também no contexto da União Europeia. A emergência de grupos e lideranças políticas de extrema direita no poder tem um impacto negativo direto nos esforços dos países para conter a mudança do clima,

segundo estudo<sup>1</sup> que analisou a situação de 25 países da OCDE ao longo de mais de uma década por meio de um índice de política climática. De acordo com a análise, a presença de partidos populistas de direita no parlamento e no governo resultou em uma redução média de 25% nesse índice, refletindo um enfraquecimento de compromissos e políticas associadas ao clima nesses países. Aqui no Brasil está provada a tragédia que foram os governos de direita pós-Golpe. Michel Temer e, principalmente, Jair Bolsonaro interromperam um caminho virtuoso que o Brasil vinha trilhando desde 2003. Para favorecer sua base política, o governo Bolsonaro neutralizou a aplicação de multas ambientais e promoveu o desmantelamento da legislação e da fiscalização. Esses fatores ampliaram a criminalidade na Amazônia, com perdas na massa florestal e na biodiversidade. Além disso, o governo e sua bancada de apoio no Congresso Nacional atuaram fortemente no parlamento para eliminar requisitos basilares do licenciamento ambiental, assim como para anistiar grilagens de terras da União. Entre 2019 e 2022, a área derrubada atingiu 35.193 quilômetros quadrados. O tamanho é maior do que os estados de Sergipe e Alagoas juntos. Na compa-

1. How Do Right-Wing Populist Parties Influence Climate and Renewable Energy Policies? Ben Lockwood, e Matthew Lockwood. *Global Environmental Politics* (2022) 22 (3): 12–37.

ração com os quatro anos anteriores, o aumento foi de quase 150%. Segundo dados compilados pelo Observatório do Clima, o crescimento na devastação será de 59,5% na comparação com os quatro anos anteriores. O Brasil está entre os cinco maiores emissores mundiais de gases de efeito estufa, sendo que 61% das suas emissões são resultantes de mudanças de uso do solo e desmatamento. Já que a matriz energética brasileira emite relativamente pouco, nossa maior preocupação é manter a floresta de pé. Está claro que a postura negacionista dos

governos de extrema direita está relacionada diretamente aos setores econômicos que os financiam e apoiam. A ligação do interesse do setor privado e o comportamento do executivo nacional é óbvia, no caso brasileiro é ligado ao agronegócio, grilagem, garimpo, extração ilegal de madeira etc. No entanto, é importante ressaltar a capacidade de mobilização de diferentes atores (na academia, setor privado etc.), seu protagonismo e sua agência sobre a agenda do negacionismo climático.

#### **4. NOS PAÍSES DO HEMISFÉRIO NORTE, HÁ UMA TENDÊNCIA DE REENQUADRAR O DEBATE SOBRE EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS**

Ainda que o negacionismo climático - e científico como um todo - seja uma narrativa estratégica e estruturante da extrema direita, é importante estar atento para outro movimento. Os grupos de extrema direita estadunidense e europeus, ao invés de negar o "problema" das emergências climáticas, tentam gerir suas "soluções". Pode-se citar dois exemplos bastante emblemáticos: (i) Marine Le Pen do Reagrupamento Nacional francês elabora a tese da "natureza patriótica". Dentro desta perspectiva, os migrantes e refugiados, "aqueles que se deslocam" não teriam apego com o meio ambiente e, portanto, não teriam "cuidado". Passam, desta forma, a ser os principais sujeitos responsá-

veis pelas alterações no clima. (ii) O governador do Arizona, Doug Ducey (Republicano), constrói um muro com o México para inibir a entrada de imigrantes, associando o "desastre ecológico com a imigração desenfreada". Ambos exemplos evidenciam um deslocamento narrativo. A extrema direita reforça argumentos xenófobos ao passo que se mostra interessada na agenda verde.

No entanto, ao invés de fazerem a partir dos paradigmas do que a ciência acumulou, deslocam o debate da agenda socioambiental e passam a fazê-lo a partir do debate de segurança nacional, reforçando a estigmatização das populações já marginalizadas - pobres e migrantes.



Centro de Análise da  
**SOCIEDADE BRASILEIRA**

## Relatório Executivo

Grupo de Trabalho  
Temático 06

### RELIGIOSIDADES

**Data: 24 de agosto de 2023**

**Ementa do GT:** O GT discutiu quais os desafios do campo democrático popular no diálogo com a população de fé evangélica no Brasil. Permeou a discussão a contradição entre o alto índice de votação dessa parcela dos brasileiros em Jair Bolsonaro nos dois pleitos anteriores, por um lado, e a composição social popular do segmento, por outro, que se traduzem num desafio para o nosso campo. O grupo buscou compreender o que as pesquisas sobre o tema, o apanhado histórico da fé evangélica no Brasil e a análise do momento atual, de distensionamento em meio a um governo Lula III apresentam para o desafio de desbolsonarizar o Brasil.

## 1. A CULTURA EVANGÉLICA ESTÁ PERMEADA NA SOCIEDADE E ORGANIZA OS VALORES, PRINCIPALMENTE DAS CLASSES POPULARES

A fé religiosa é uma variável permanente na cultura brasileira, e consequentemente, a cultura evangélica está permeada na base da sociedade. É uma expressão cultural que organiza principalmente os valores das classes de menores rendas. Não à toa, o próprio mercado foi ágil em dialogar com essa cultura de maneira a atrair o público evangélico para determinados consumos, como por exemplo, novelas de canais como a Rede Record, com novelas bíblicas, e a Rede Globo, que entrou no ramo com a sua recente obra 'Vai na Fé'. As igrejas evangélicas são também espaço de acolhimento e solidariedade para a classe trabalhadora empobrecida e periférica – configurando-se como um espaço importante de sociabilidade, não somente de religiosidade. É o espaço da vida coletiva e da realização de ações concretas e materiais, trazendo testemunhos de mudança de vida, ajuda e inclusive oferta de aportes econômicos, quando necessário. As ações das igrejas evangélicas durante o período da pandemia reforçaram essa percepção. Uma parcela da esquerda brasileira, por outro lado, é oriunda de uma tradição católica, especialmente vinculada à Teologia da Libertação – que desempenhou via Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) um papel semelhante, na forma, ao realizado hoje pelas igrejas de matriz evangélicas – vinculadas à outra Teologia, a da Prosperidade. Outra parcela, de matriz acadêmica, racionaliza o

debate sobre religião e deixa em segundo plano a questão religiosa e da espiritualidade. Tais raízes criam descompassos e dificuldades de diálogo – os próprios vocabulários e referências são bastante diferentes entre si. A postura da esquerda de desconsiderar o discurso religioso acaba por afastar a esquerda de uma parcela significativa de uma população que ela também pretende representar. A espiritualidade é ignorada por parte da esquerda e encampada por quase todo o campo da direita. Neste sentido, a parcela da população que possui valores conservadores e encontra-se afastada da esquerda, pode ser cooptada pela direita ainda que não se identifique totalmente com os valores desse pólo do espectro político. Nessa gramática, os conceitos de gênero e família tornam-se fundamentais. No campo conservador, o conceito de gênero se volta à ideia de família, à moral, com a defesa da família “tradicional”, contra os direitos civis da população homossexual. Por outro lado, o conceito de família também está associado a um espaço de reconhecimento, pertencimento e proteção em comunidade de fé (irmãos). É necessário considerar tais questões, rever palavras de ordem e retomar os conceitos de fé, família e comunhão para além da moralidade – visto que pautas progressistas também podem dizer respeito a tais questões, como a luta pela terra, o combate à pobreza e as contradições do capitalismo.

## 2. E QUAIS SÃO AS CARACTERÍSTICAS?

Há que se ressaltar, no entanto, que os evangélicos não constituem um único grupo homogêneo, falar em evangélico é falar em diversidade, em inúmeras igrejas, denominações, com histórico, práticas e lógicas muito distintas. O conceito, por vezes, acaba sendo utilizado como um grande cabide conceitual para referenciar um conjunto de igrejas evangélicas de diferentes matizes, vertentes, práticas e crenças, que mais se aproxima de uma visão que generaliza e inibe o diálogo. Por sua vez, embora sejam diversos e plurais, a fé evangélica permeia uma parcela significativa das classes trabalhadoras, especialmente a base da pirâmide social. Consequentemente, existe um corte de raça, gênero e grau de instrução, com a presença de mulheres, da população negra e de baixa escolaridade. Portanto, é possível afirmar

que disputar os evangélicos é também disputar as camadas mais empobrecidas da sociedade brasileira. A população mais pobre de fé evangélica, segundo acúmulos de pesquisa, valorizam a instituição família como organizadora das questões cotidianas e tem na imagem da mulher a mantenedora dessa estrutura. É na igreja e no exercício da fé que constroem espaços importantes de acolhimento e reconhecimento. Mulheres negras, pobres e com baixo nível de instrução também se empoderam nestes espaços de fé e se tornam verdadeiras protagonistas, lideranças, ao passo que em outros espaços sociais não encontram as mesmas oportunidades. A igreja também é espaço de acolhimento, segurança e reorganização da vida cotidiana para muitas mulheres.

## 3. O FUNDAMENTALISMO EVANGÉLICO É HISTÓRICO – A RADICALIZAÇÃO POLÍTICA É UM FENÔMENO RECENTE

Embora presente há décadas, o fundamentalismo evangélico nunca representou a totalidade da população de fé evangélica. Desde as eleições de 2010, a partir da assinatura da Carta Contra o Aborto e da aposta do PSDB em utilizar-se de pautas morais para competir com o PT, o fundamentalismo evangélico tem se fortalecido no debate político respaldado em discursos morais como resgate e proteção dos “valores da família tradicional”. A tradição

era de que religião não se misturava com política – uma tradição quietista, “o que é do mundo, é do mundo”. Até 2015, a bancada evangélica sequer se organizava como Frente Parlamentar, o que mudou com a ascensão de Eduardo Cunha à presidência da Câmara e o golpe de 2016. A partir deste marco, essas forças se articularam de maneira a pautarem o debate político e interferirem na opinião pública, vinculando-se a outros setores da extrema direita

a partir da campanha que elegeu Jair Bolsonaro em 2018. Parte da infraestrutura de comunicação e sociabilidade instalado dentro das igrejas fundamen-

talistas são capturados pela extrema direita e se tornaram propagadores de desinformação e engajamento em pautas caras à extrema direita.

#### **4. A EXTREMA DIREITA SE UNIU A GRUPOS FUNDAMENTALISTAS PARA AVANÇAR NA DISPUTA DE VALORES NA BASE DA SOCIAL / DISPUTA DE PODER POLÍTICO**

Desde o início dos anos 10, as lideranças evangélicas romperam com a tradição quietista e reivindicaram o protagonismo no cenário político nacional. Os evangélicos são, há décadas, o segmento religioso que mais cresce no país (e o novo Censo Demográfico deve apontar quanto cresceram desde 2010). São os que mantêm suas práticas religiosas mais frequentes e também os que mais propagam sua fé por meios de massa: com canais de TV, emissoras de rádio e presença ativa nas redes sociais. Desde então, foi notório o crescimento do número de representantes evangélicos no parlamento nas últimas décadas. Possuem lideranças religiosas carismáticas, que além da pregação religiosa orientam suas vidas, costumes e, por muitas vezes, o voto de seus fiéis. Embora a maior parte da base social evangélica não possua todos os valores e percepções deste campo, a articulação e influência dos grupos fundamentalistas e o uso do discurso religioso tornou-a alvo prioritário de cooptação e de alinhamento político-eleitoral próximo deste projeto político. Este projeto baseia-se no pensamento conservador (religião, família tradicional, propriedade privada, me-

ritocracia, precedência do individual sobre o público) e em valores antide-mocráticos. Esses atores passaram a mobilizar o discurso religioso para basear suas pautas e apontar a esquerda como responsável por uma suposta tentativa de destruição da família e dos valores religiosos caros a essa parcela da população. Através da ideia de “salvação”, por exemplo, alimentaram a descrença nas instituições do país, negaram a política, a cultura, a arte, a educação, a ciência. Na campanha de 2018, a agenda de Bolsonaro aliada ao atentado sofrido (e sua sobrevivência a ele) antecederam o alinhamento das lideranças fundamentalistas em torno dele, que venceu com larga vantagem entre os eleitores de fé evangélica. Recentemente, apostaram em figuras ícones como Damares Alves (Republicanos) e Michelle Bolsonaro (PL), com forte poder de identificação com o perfil evangélico – especialmente com as mulheres, pelo papel já mencionado. Outro ponto de atenção é a aposta em outras lideranças, como o deputado-federal Nikolas Ferreira – de perfil jovem, evangélico e com forte presença nas redes.

Na campanha de 2022, Michelle foi

cabo eleitoral e rodou o Brasil muito antes do período eleitoral – apresentando-se como a ‘mulher sábia que edifica sua casa’ (Provérbios 14:1) e que seria a garantia que, apesar dos defeitos de seu marido, ele estaria sendo guiado pela sua mulher digna em sua missão (quase como a rainha

Ester, personagem bíblica que foi retratada em minissérie da Record TV em 2020). A própria biografia de Michelle, de contendas familiares até à sua conversão, dialogou com a realidade de milhões de mulheres de fé evangélica.

## 5. NÃO SE DEVE DESCONSIDERAR OS PAPEL DOS CATÓLICOS CONSERVADORES

O Brasil, mais que um país de maioria cristã, é um país de maioria católica. Não se deve perder isso de vista, ainda mais considerando que, do ponto de vista histórico, a pauta conservadora também foi articulada e operacionalizada politicamente por setores vinculados à ala mais à direita da Igreja Católica. Esses segmentos permanecem fortalecidos, com intensa presença

institucional, redes de articulação e de financiamento internacional. A narrativa anti-esquerda está presente há décadas na sociedade brasileira: a narrativa anticomunista foi essencial no período pré-golpe de 1964. Mais do que “bolsonarista”, é “anti-esquerda” desde sempre – e permanece atualmente em diversos setores da Igreja.

## 6. QUAIS HIPÓTESES PODEM EXPLICAR O AUMENTO DA APROVAÇÃO DO GOVERNO LULA III ENTRE O SEGMENTO EVANGÉLICO?

A melhora na aprovação de Lula entre os evangélicos é fato bastante relevante, especialmente ao considerar que na véspera do segundo turno das eleições de 2022, as intenções de voto totais entre os evangélicos estavam em 65% para Bolsonaro e 29% para Lula, segundo a última pesquisa Datafolha antes do segundo turno.

O levantamento mais recente de avaliação do governo, realizado pela Quaest, apontou que desde fevereiro/2023 o número de evangélicos que aprova o trabalho que Lula vem fazendo

do saltou de 40% para 50%.

Consequentemente, as lideranças evangélicas fundamentalistas têm apresentado um distensionamento em relação ao governo Lula, com um recuo estratégico por conta: i) da desmoralização do bolsonarismo após a derrota eleitoral e os acontecimentos do 8 de janeiro; ii) um possível retorno ao estado anterior de quietismo (a derrota nas eleições pode ter fortalecido a visão de que o presente é repleto de ‘mazelas’ e deve se voltar à fé com vistas à felicidade que só o Reino de Deus pode

proporcionar iii) a espera por novas lideranças e novas disputas eleitorais.

Nesse sentido, atualmente, o que temos observado é, por um lado, uma espécie de silêncio das lideranças que apoiaram publicamente Bolsonaro sobre o ex-presidente, e, por outro, uma “radicalização” em torno de pautas morais – uma possível tentativa de manter o público fiel às pautas, mesmo que com uma liderança desacreditada (e sem uma nova liderança). Em paralelo, o aumento da aprovação de Lula entre os evangélicos pode estar vinculado à melhora econômica, a um arrefecimento (ou trégua) na polarização e à não concretização das ameaças feitas por lideranças sobre o que seria um novo governo Lula: o governo não fechou igrejas, não legalizou o aborto, não instituiu banheiro unissex nas escolas etc.

Ainda, uma parcela das lideranças evangélicas que ocupam espaços institucionais são ligadas a partidos

e grupos fisiológicos e corporativistas: sabem a força que têm, e podem apoiar o governo caso não percam seus privilégios, seu espaço, e tendem a negociar com quem estiver a frente do Executivo – ficam mais confortáveis com a direita, mas isso não os impede de realizar alianças com a esquerda como já ocorreu no passado.

Os números de aprovação evidenciam que, entre a população de fé evangélica –, além de um contingente progressista que não se alinhou a Bolsonaro, há outro contingente grande e disputável que se alinhou momentaneamente, mas que pode ser atraído por um governo popular. Portanto, um dos principais desafios é aprofundar a compreensão sobre essa parcela da população brasileira, em uma agenda de pesquisa que contemple a complexidade dessa questão – dada a sua importância para se pensar em construção de canais de diálogo e organização política das classes populares.



Centro de Análise da  
**SOCIEDADE BRASILEIRA**

## Relatório Executivo

Grupo de Trabalho  
Temático **08**

# A DISPUTA DAS JUVENTUDES E A EXTREMA DIREITA

**Data: 05 de outubro de 2023**

**Ementa do GT:** O GT discutiu quais os desafios do campo democrático popular no diálogo com a população jovem no Brasil. Permeou a discussão o que mobiliza e cria pertencimentos para a juventude que se engaja politicamente na extrema direita no Brasil, fenômeno recente e que impulsionou a criação do GT. A reunião também abordou as novas formas de “fazer” política a partir da experiência de junho de 2013.

## 1. SEMPRE EXISTIU UM CONTINGENTE DA JUVENTUDE MAIS ALINHADA À DIREITA

A presença de uma juventude mais orientada ao polo de direita no espectro político não é, obviamente, fator inédito na cena política nacional. Em diferentes gerações, sempre houve um contingente do segmento que se alinhou eleitoralmente a projetos de direita. No entanto, o fenômeno traz contornos novos e inéditos. A pre-

sença de lideranças jovens vinculadas à extrema direita e o papel que passaram ter a partir de 2013 no cenário político nacional, fenômenos recentes como os massacres dentro das escolas e a radicalização de uma parcela da juventude reforçam a relevância da discussão.

## 2. A PRESENÇA DE ATORES JOVENS QUE MOBILIZAM E ORGANIZAM A DIREITA É UM TRAÇO NOVO

A presença de um ativismo jovem de direita pode ser, sim, considerada algo novo – inclusive por conta da força e relevância que alcançou no último período. A partir dos protestos de junho de 2013, a direita passou a compreender, a possibilidade de mobilização de uma parcela mais conservadora da juventude, que se fez presente em parte das manifestações, em torno de determinadas pautas – que se expressaram no ciclo seguinte de protestos, entre 2014 e 2016, em defesa do impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT). Organizações como o MBL, surgidas neste momento, passaram a se fazer presentes nas redes e nas ruas com bandeiras como a defesa de privatizações, de uma agenda econômica ultraliberal, de discursos conservadores nos temas da segurança pública e do ‘combate à corrupção’,

na reação à agenda de diversidade sexual e de gênero, e, no geral, contra a esquerda como um todo. Desde então, passaram a mobilizar categorias como “novo x velho” para mobilizar suas bases, ampliando sua presença eleitoral, e conseqüentemente, institucional. O fenômeno se expressou com força não somente na ascensão do bolsonarismo, como em casos internacionais (como o fenômeno Trump em 2016, e Milei em 2023) Esses agrupamentos se vincularam em 2018 ao bolsonarismo (com sucesso eleitoral) – e rachar durante o governo, com prejuízos aos ‘desertores’: Kim Kataquiri perdeu 200 mil votos entre 2018 e 2022, em São Paulo. Por outro lado, Nikolas Ferreira (que nunca foi vinculado ao MBL), bolsonarista fiel, foi eleito com votação recorde em Minas Gerais (cerca de 1.5 milhão de votos).

### 3. OS JOVENS DE EXTREMA DIREITA FAZEM A DISPUTA COM UM PROJETO DE PAÍS E DE MUNDO

Estes atores políticos atuam sem disputar, de forma central, políticas para a juventude. Priorizam a mobilização direta do eleitorado, via redes e mandatos, para fora das estruturas partidárias mais convencionais (utilizadas apenas de forma conveniente no período eleitoral). Disputam e buscam liderar projetos de país, com agenda

para diversos temas. Se por um lado isso os posiciona nas grandes discussões e disputas, e favoreça uma mobilização direta de suas bases, traz como fragilidade um vácuo nas políticas específicas de juventude – que foram secundarizadas por esses atores em prol de outras agendas.

### 4. A DISPUTA ESTÁ ORIENTADA POR FATORES SOCIOCULTURAIS

A disputa das juventudes parte de um lugar no qual os fatores socioculturais e de identidade, e o contexto no qual estão inseridos, são essenciais para alinhar determinados segmentos das juventudes a este ou aquele polo do espectro político brasileiro.

Os dados quantitativos e qualitativos apresentados por Ricardo Severo revelam que há correlação entre raça, gênero e religião, o contexto que estes geram na vivência das/dos jovens, e a identificação política: meninas demonstraram maior propensão ao alinhamento com valores de esquerda em relação aos meninos, assim como pessoas negras em relação às brancas, respectivamente. Ainda, ser de escola pública ou privada (um marcador, em geral, de renda), religiosos ou sem religião, compõem tais tendên-

cias. Isso está relacionado também à própria presença no contexto escolar às pautas/discursos gerados pelo bolsonarismo: os ataques machistas e racistas do presidente, a perseguição da extrema direita a religiões de matriz afro, por exemplo, impactam na formação de identidade política das/dos jovens. Ainda, aqueles mais afeitos a discussão e ao debate de ideias tendem a ser mais de esquerda do que aqueles que evitam conversar sobre política. Os dados também revelam que aqueles mais à direita possuem mais orgulho e menos inibição em defenderem suas posições publicamente, mesmo que sejam pouco afeitos ao diálogo – reforçando que a direita vive um momento na conjuntura no qual não há inibição em ter determinadas posturas ou opiniões.

## **5. HÁ BRECHAS DE DISPUTA RELEVANTES. O PROJETO DE PAÍS DO CAMPO DEMOCRÁTICO POPULAR TEM CAPACIDADE DE RESPONDER AOS ANSEIOS DAS JUVENTUDES BRASILEIRAS, DIFICULTANDO QUE A EXTREMA DIREITA SEJA EXITOSA EM SUA DISPUTA PELO SEGMENTO**

Muito embora a presença do ativismo de direita dentro das juventudes tenha acarretado em uma série de desafios para o Brasil, este é um segmento da sociedade no qual o campo democrático popular possui muitas possibilidades de ação e atuação.

Pautas cada vez mais urgentes para a juventude são parte fundamental do projeto progressista, em especial a luta por reconhecimento, contra o racismo, em favor da diversidade sexual e de gênero, contra as mudanças climáticas e em prol do meio ambiente. É necessário buscar a construção de respostas e projetos para temas fundamentais, como o fortalecimento de um mercado de trabalho que forneça empregabilidade aos jovens, com trabalho digno e perspectivas de futuro. Como visto tanto neste GT quanto no GT 01 – As Classes Trabalhadoras, nos últimos anos houve um contingente expressivo das juventudes brasileiras, geração após geração, que se consolidou como uma massa de ‘graduados sem futuro’, que acessaram e usufruíram da expansão do ensino superior no Brasil e que, ao não encontrar alocação nas áreas correspondentes às

suas formações no mercado de trabalho em contextos de crise, precisaram acessar a informalidade, o trabalho por empresas de plataformas digitais e a precarização do trabalho em suas diferentes dinâmicas. Neste sentido, o campo da educação torna-se fundamental, tanto na discussão de ampliação das universidades públicas, fortalecimento da formação profissional, como também na fomentação de um espaço democrático de discussão sobre política e a sociedade desde a formação básica e média, que constrói e forma jovens propensos ao diálogo democrático. Os jovens e as jovens foram fundamentais para a vitória de Lula e a derrota de Bolsonaro, em uma disputa acirrada e crucial para o futuro da democracia brasileira. Ainda, lideranças jovens progressistas e democráticas têm obtido sucesso nos pleitos legislativos, como visto nas eleições de 2020 e 2022 – processo fundamental para a transição geracional do campo. Um projeto popular e inclusivo, que atenda às necessidades das juventudes brasileiras, pode ser capaz de isolar a extrema direita no segmento e tornar difícil a disputa para o outro lado.



Centro de Análise da  
**SOCIEDADE BRASILEIRA**

## Relatório Executivo

Grupo de Trabalho  
Temático **05**

# **AGRONEGÓCIO, DINHEIRO, TERRA E CULTURA**

**Data: 09 de Outubro de 2023**

**Ementa do GT:** O GT 05 - Agronegócio – Dinheiro, Terra e Cultura buscou discutir a convergência entre o agronegócio brasileiro e a extrema direita no último período e as problemáticas históricas e estruturais envolvidas (o latifúndio, a concentração de terra, a grilagem, o ataque aos movimentos do campo e aos povos tradicionais. Buscamos entender o que significa esse alinhamento, o jogo de poder do agronegócio dentro dessa articulação e as contradições, a ‘cultura agro’ na sociedade brasileira, entre outras temáticas que serão dispostas neste relatório.

## **1. HISTORICAMENTE, O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO SE APOIA EM UM MODELO DE ACUMULAÇÃO ORIENTADO À CONSTANTE EXPANSÃO DE TERRITÓRIO QUE SE COLOCA EM CONFLITO COM AS INSTITUIÇÕES E A LEGALIDADE**

Embora hoje o setor agropecuário procure se apresentar em uma nova configuração revestida de uma roupagem moderna a partir de suas alianças estratégicas com o capital financeiro expressas por suas multinacionais - “o agro é pop” -, os seus pilares ainda permanecem os mesmos do Brasil colônia: grandes extensões de terras, monoculturas de commodities e superexploração da mão de obra do campo. O agro atua, com seu poder econômico, para garantir hegemonia nas instituições e necessita da presença do Executivo, do Legislativo e do Judiciário para alterar o marco legal ou cancelar práticas que afrontam os parâmetros constitucionais, mas

que estão vinculadas ao seu processo de acumulação de capital (grilagem, desmatamento, lavagem de dinheiro e até associações com o crime organizado). O conceito de terra para o agronegócio é mercantil, o que difere do conceito de terra adotado pela Constituição - produção com função social, reprodução dos povos originários e unidades de conservação. É nesta convergência de interesses que se coalizam a extrema direita, grupos de lobby, associações, frentes parlamentares, setores do mercado financeiro e segmentos dos meios de comunicação, de forma a garantir as condições para maximizar os ganhos do agro.

## **2. O PODER DO AGRONEGÓCIO - CLASSE DIRIGENTE NUM CONTEXTO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO**

Por sua relação com o Estado, sua presença em todas as esferas representativas (com frentes parlamentares a nível nacional e regional) e por sua força nas classes dominantes, em um contexto de desindustrialização, é possível inferir que o papel do agronegócio exerce um papel de classe dirigente no Brasil na configuração atual. A busca de uma conceituação sobre

o agronegócio que compreende seu real peso político e econômico - e que não o situe como mero grupo de interesse - pode ser capaz de compreendê-lo de forma acurada, considerando seu papel amplo e sua capacidade de liderar a defesa de interesses da burguesia brasileira - favorecendo o entendimento sobre seu papel num projeto de desenvolvimento para o Brasil.

### **3. O PROJETO DE EXTREMA DIREITA, VISTO NO GOVERNO BOLSONARO, BENEFICIOU O AGRONEGÓCIO E ALIMENTOU O PADRÃO EXPOSTO ANTERIORMENTE. OFENSIVAS RECENTES EXPÕEM ESTE PACTO.**

A ideia do mercado de terras autorregulado à revelia dos regimes institucionais legítimos foi tensionada no último período, demonstrando claramente que, para esse sistema funcionar, é preciso banalizar ou romper a ordem constitucional no que diz respeito ao regime fundiário. O governo de Jair Bolsonaro encampou de forma mais explícita essa agenda, ampliando a desregulação sob o mote que ficou notório, o de “passar a boiada”, palavras do ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles. Este modelo tem um papel maior nas safras recorde do agronegócio brasileiro no último período do que a valorização cambial ou das commodities exportadas.

O projeto da extrema direita brasileira para o campo é o projeto do agro, essencialmente. Está coadunado com o domínio da terra pelo agronegócio, no sentido político e econômico dentro do interior do Brasil. Além disso, como vimos, é amplamente desregulatório nos temas territoriais e do campo, tornando-se um mecanismo conveniente para todo este setor da economia – embora gere tensões do ponto de vista das relações com os compradores de commodities, especialmente o

mercado europeu.

Há um movimento político organizado – que se fortaleceu no governo Bolsonaro – para que o agronegócio avance com a expansão contínua de seu território baseado na ilegalidade, algo único do caso brasileiro, que requer significativas mudanças nos patamares legais e institucionais. Ataques aos movimentos campestinos, CPI do MST, o financiamento de atos golpistas por alguns empresários do agronegócio, a infração de normas constitucionais, a revisão contínua de marcos legais, como ataques às terras indígenas, mudanças nas políticas de segurança alimentar, dentre outros retrocessos.

Trata-se de um pacto econômico-político que questiona o Estado de direito para avançar na acumulação de capital e de poder. O caso do marco temporal é exemplar. Após o STF determinar a inconstitucionalidade do marco temporal das terras indígenas, freando o avanço das terras do agro, extrema direita, associações de ruralistas e seus representantes no Congresso agiram em sintonia, atacaram a Corte e alimentam uma crise institucional antimoderna que fragiliza a Constituição Federal e a ordem democrática.

#### **4. HÁ UMA CONTRADIÇÃO: O AGRONEGÓCIO ACUMULA CADA VEZ MAIS PODER (POLÍTICO, ECONÔMICO E SIMBÓLICO), E É CADA VEZ MAIS NECESÁRIO REDISCUTIR SEU MODELO.**

O agronegócio brasileiro está inserido num modo de produção ao mesmo tempo arcaico e moderno, baseado na acumulação em sua forma mais antiga (por meio da terra). Com a reprimarização da economia, ampliaram poder e capital e com o neoliberalismo se imbricam cada vez mais com o capital financeiro e internacional. Esse modelo econômico baseado na exportação sobretudo de commodities coloca em risco, entre muitas coisas, o próprio desenvolvimento econômico, político e social do país. Coloca em risco também os biomas, acelerando profundamente as mudanças climáticas (na prática e enquanto projeto negacionista, como vimos no GT 04 - Negacionismo Climático). Consequentemente, esse modelo põe em risco a vida – sendo um dos focos necessários no debate sobre Transição Energética. Em jogo, do ponto de vista do nosso futuro, ficam, especificamente, a Amazônia, os demais biomas, as comunidades tradicionais e os povos indígenas, e, principalmente, a Democracia e a Ordem Constitucional. Enfrentar isso requer mudança do padrão de acumulação vigente e a defesa da ordem

legal. Neste sentido, a discussão envolve toda a complexa hegemonia do sistema criado. Além da presença política e econômica, o agronegócio possui também peso importante e hegemônico na dimensão cultural do Brasil. Há vasta produção cultural, no cinema, telenovelas e na música – pelo gênero musical sertanejo, mais recentemente vinculado de forma explícita, do ponto de vista estético e publicitário, ao agronegócio por meio de subgêneros como o ‘agronejo’. O que inclui, também, a presença constante de artistas em grandes feiras e festividades do agro, que se consolidou como o ritmo musical mais ouvido do Brasil nas últimas décadas. Isso refletiu também a capacidade do gênero de absorver influências culturais externas e internas (o que caracterizou sua evolução desde os primórdios da música caipira e da ‘moda de viola’), além da força e popularidade deste universo musical e cultural dentro da população brasileira. Na contramão, houve um afastamento do campo progressista em relação a este universo, no qual parcela de seus representantes se aproximou do bolsonarismo.

## **5. O AGRONEGÓCIO SE CONSTITUIU COMO UM GARGALO POLÍTICO E ECONÔMICO PARA UM PROJETO DE PAÍS COM DESENVOLVIMENTO POTENTE, SUSTENTÁVEL E DEMOCRÁTICO.**

Todos os problemas levantados na discussão parecem sugerir o contrário da propaganda do sistema Agro: é um pacto de economia política inviável, social e ambientalmente insustentável. Mas ainda dispõe de blindagem política integral no presente. Seu projeto cabe no Brasil que a extrema direita deseja e é contraditório com um projeto popular e democrático de desenvolvimento, defendido pelos partidos deste campo. Torna-se necessário para o campo popular discutir amplamente seu projeto para o Campo brasileiro, capaz de superar tais contradições. Hoje a oferta de um projeto alternativo é feita pelos movimentos camponeses de luta pela terra e de reconhecimento territorial – movimentos pela Reforma Agrária e pela preservação da reprodução da vida de povos e comunidades tradicionais – cujos projetos para o campo são democráticos, sustentáveis e trazem para a discussão temas como o modo de produção, a segurança alimentar, a desconcentração fundiária, o combate às mudanças climáticas e o futuro do Brasil neste contexto. Do ponto de vista da lida com o agronegócio, torna-se necessário superar a contradi-

ção exposta no ponto 4, buscando detectar brechas, pontos de interlocução com frações dessa classe dirigente, segmentos menos dispostos a manter um modelo baseado na predação e em ilegalidades, se amparando na comunidade internacional – aliada na Transição Energética e no combate às mudanças climáticas, tema no qual o Brasil é líder e protagonista nato. É preciso disputar culturalmente a sociedade – não homogeneizando o universo cultural sertanejo ao agronegócio e compreendendo que há possível diálogo com artistas menos vinculados a este poder econômico, uma vez que o gênero também possui expressões como as artistas mulheres, os artistas LGBTQIA+, e artistas que possuem compromisso com a democracia. A urgência do tema discutido neste GT e a necessidade de se ampliar o acúmulo de conhecimento sobre a problemática para compreender as possíveis contradições internas deste grupo e onde estão as possibilidades de disputa tornam necessária a extensão do diálogo feito neste grupo, com uma nova reunião a ser realizada em um próximo período.

## PARTICIPARAM DOS GT'S

### Expositoras e expositores:

Adriana Marcolino – DIEESE;  
Débora Nunes – MST.  
Delana Cristina Corazza – Instituto Tricontinental de Pesquisa Social;  
Elisa Guaraná – UFRRJ  
Fábio Malini – LABIC/UFES  
Fabio Palacio – UFMA.  
Guilherme Costa Delgado – IPEA  
Gustavo Alonso – UFPE  
Jacqueline Teixeira – UnB  
Léa Marques – Reconexão Periferias;  
Maureen Santos – FASE/PUC-RJ/BRICS Policy Center.  
Rafael Rodrigues da Costa – FESPSP  
Ricardo Severo – FURG;  
Rosana-Pinheiro Machado – University College Dublin/WorkPoliticsBIP/DeepLab  
Rose Marie Santini – NetLab/UFRJ  
Tatiana Roque – SMCT-RJ/UFRJ  
William Nozaki – Cientista político e economista;

### Debatedoras e debatedores:

Acácio Zuniga Leite – ABRA  
Anderson Amaro – MPA  
Bruno Stankevicius Bassi – De Olho nos Ruralistas.  
Camila Rocha – CEBRAP  
Cristiane Faustino – Instituto Terra-mar/RBJA.  
Gabriel Medeiros – Sejuv-RN  
Helena Abramo – Socióloga e pesquisadora;  
Helena Martins – UFC/DIRACOM  
João Brant – SPDIGI/SECOM  
Jonas Valente – Oxford Internet Institute  
José Bertotti – LITPEG/UFPE  
Luiza Foltran – Monitor do Debate Político no Meio Digital/EACH-USP  
Marcelo Badaró – UFF  
Maria dos Camelôs – MUCA/Trabalhadores Sem Direitos  
Nilza Valéria – FEED;  
Olivia Perez – UFPI  
Pedro Duval – SNJ/SGPR  
Rodrigo Toniol – UFRJ

# AS CLASSES TRABALHADORAS

RELATÓRIO PESQUISA QUALITATIVA  
"Autonomia Restrita e Exploração"

CASB

Centro de Análise da  
SOCIEDADE BRASILEIRA



## PESQUISA - “CLASSES TRABALHADORAS: AUTONOMIA RESTRITA E EXPLORAÇÃO”

A ideia de fazer uma pesquisa sobre as Classes Trabalhadoras surgiu no âmbito das discussões do CASB. Na reunião do Conselho do CASB surgiu a demanda de se fazer um Grupo de Trabalho que enfrentasse a discussão sobre as mudanças no mundo de trabalho - novos postos, novos empregadores (as empresas de aplicativo) - que impõem novos desafios no que diz respeito à regulamentação das profissões e à disputa de valores.

Agradecemos mais uma vez Adriana Marcolino (Dieese), Rosana Pinheiro Machado (Deeplab-UD/WorkPolitics) e Léa Marques (Reconexão Periferias da FPA) entre tanto outros nomes que nos ajudaram na formulação do “Problema de Pesquisa”. Fomos a campo no intuito de Identificar a trajetória de vida, expectativas e medos da classe; Entender como o trabalhador avalia o seu atual posto de trabalho e suas condições; Verificar a relação do trabalhador e a plataforma; Avaliar a relação de vínculo/ forma de contratação, bem como a percepção sobre exploração, previdência, seguridade social, direitos e as vantagens e desvantagens da CLT e do trabalho autônomo; Averiguar sentimentos de classe e a relação com sindicatos e associações; Compreender o que se espera da ação do Estado e a demanda por regulamentação.

Como público investigado, tínhamos os trabalhadores de empresas de apli-

cativo da capital de São Paulo e Região Metropolitana, divididos em **5 categorias**:

As masculinas:

1 - **Entregadores** (por meio de moto ou bicicleta);

2 - Motoristas de automóveis;

E as femininas:

3 - **Profissionais de Limpeza e Diaristas**;

4 - **Profissionais de Cuidado** (babás, enfermeiras e cuidadoras);

5 - **Profissionais de Beleza** (cabeleireiras, manicures, design de sobrancelha, depiladoras e maquiadoras).

Ao todo, foram 14 grupos focais (método qualitativo). O método qualitativo foi escolhido, pois é considerado o mais adequado para aprofundar hipóteses, entender os comos e os porquês de cada questão levantada. Nele, o moderador é capaz de estabelecer uma conversa longa com os/as entrevistados/as.

A amostra ainda contemplava diferenças de idade (em dois grupos, mais jovens de 18 a 25 anos e mais velhos de 40 a 60 anos) e garantia paridade racial. Em cada grupo havia participantes de escolaridades e religiões diversas, além de perfis políticos diferentes

(próximos do petismo, não polarizados, próximo do antipetismo). Parte deles recebe ou já recebeu algum benefício social do governo.

Muitos dos entrevistados já tiveram experiências no mundo formal do trabalho. Mas, vale dizer que essas experiências também foram marcadas por traços de precariedade com relatos de baixa remuneração e poucos benefícios (ou ausência deles, como VR, plano de saúde etc.); e falta de perspectiva de crescimento profissional e relatos de assédio moral ou sobrecarga de trabalho (hora-extra não remunerada).

Reforçando os resultados da pesquisa da FPA de 2022 “Cultura Política 2”, evidenciou-se que, no que diz respeito ao mundo do trabalho, há um chão comum entre os perfis políticos (mais próximos do lulismo, mais próximos do antipetismo, não polarizados). O que quer dizer que não foram detectadas grandes divergências nessa temática (o que não ocorre quando tratamos de “valores” e “preferências eleitorais”, por exemplo, temas marcados por divergências entre os perfis). No geral, apresentam as mesmas avaliações e demandas, a anotar: ao passo que apresentam críticas em relação aos modelos tradicionais de contratação (baixa remuneração, jornada de trabalho fixa, assédios), também se sentem super explorados pelas empresas de aplicativos, desprotegidos e inseguros. E, ainda que apresentem um discurso em defesa de uma pretensa autonomia e liberdade, este discurso

encontra seu limite na realidade concreta relatada nos grupos: jornada de trabalho exaustiva e sensação de exploração.

Assim, pode-se dizer que valorizam e demandam os benefícios e direitos garantidos pela CLT. Mas essa compreensão convive com críticas em relação à jornada fixa de trabalho, subordinação, baixa remuneração e descontos na folha.

No entanto, vale anotar que ainda que, de maneira geral, haja muita convergência nas avaliações, há divergências importantes entre os perfis socio-demográficos que merecem destaque, como faixa de renda, gênero, idade, raça/cor - que serão aprofundadas na fase quantitativa que está em campo neste mês de dezembro, com previsão de publicação no início de 2024.

Por último, importante dizer que todos se mostraram muito abertos para falar sobre as condições de trabalho. Entrevistados tinham muito repertório e demonstravam bastante ânimo e empolgação para compartilhar com a moderadora e os pares da categoria suas impressões sobre o mundo do trabalho - o que evidencia uma demanda reprimida por espaços de debate político sobre o tema.

Mostraram, ainda, interesse na política para melhoria nas condições de vida. Gostariam de “ter voz” e requerem espaços de diálogo/participação social e representatividade política, “Quero um deputado que repre-

goria” - é o que ouvíamos dos participantes nos grupos.

Nós, do CASB, acreditamos que pesquisa deve ser um instrumento que qua-

lifica reflexões sobre a realidade para que, assim, também possibilite qualificar a intervenção política com vistas à superação das desigualdades e injustiças que marcam nossa sociedade.



## EXPEDIENTE

### **Fundação Perseu Abramo Equipe CASB**

Carlos Árabe – Diretor  
responsável

Jordana Dias Pereira

Juliana Nascimento Lima

Matheus Tancredo Toledo

Vilma Luiza Bokany

### **Fundação Lauro Campos Marielle Franco Equipe CASB**

Severino Souto Alves – Diretor  
responsável

Daniel Angelim

Josué Medeiros

### **Fundação Maurício Grabois Equipe CASB**

Ricardo Alemão Abreu

### **Fundação Rosa Luxemburgo Brasil e Paraguai Equipe CASB**

Jorge Pereira Filho

# CASB

Centro de Análise da  
**SOCIEDADE BRASILEIRA**

FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Fundação Perseu  
Abramo

FLCMF  
FUNDAÇÃO  
LAURO CAMPOS  
MARIELLE FRANCO

Fundação  
Maurício  
Grabois

FUNDAÇÃO  
ROSA  
LUXEMBURGO